



Lessa acha estabilidade "instituto bobó"

## Tema trabalhista na Constituinte deixa empresário perplexo

Sônia Carvalho

SÃO PAULO — Nos últimos dias, o respeitável consultor de relações trabalhistas Júlio Lobos passou a perceber no meio dos empresários brasileiros claros sintomas de uma doença que, segundo ele, tem fundo político: a catatonia, uma espécie de esquizofrenia que conduz os doentes a estados alternados de excitação exacerbada ou negativismo profundo. A raiz desse mal está distante das fábricas e dos escritórios. Chama-se Constituinte, mais especificamente o capítulo que trata das questões trabalhistas.

Deixando de lado o vocabulário médico usado pelo consultor, os empresários brasileiros parecem atacados, na verdade, por uma profunda crise de perplexidade. Nenhum deles apostava um tostão na aprovação de pontos como a estabilidade no emprego e o pagamento das horas extras em dobro — os dois itens que provocam mais desconforto no meio empresarial. Contraditoriamente, porém, até agora as empresas não incluíram nos seus cenários futuros nenhuma alteração nas suas políticas de recursos humanos. Ninguém acredita que tais tópicos passarão pelo crivo do plenário da Constituinte. E, por enquanto, a atitude do empresariado paulista tem sido de congestionar as linhas telefônicas para agulhar os escritórios de *lobby* em Brasília.

**Fantástico** — "A coisa ainda está no nível do fantástico. As pessoas continuam esperando a votação no plenário. Prevalece o sentimento de que as coisas vão mudar", constata Lobos. Seu diagnóstico é endossado integralmente pelo empresário Roberto Della Manna, coordenador do Grupo 14 da Fiesp: "Vamos ser lógicos. Não se pode pensar que isso que foi aprovado vai continuar. Seria o absurdo dos absurdos", diz. Em tom confidencial, anuncia a meia-voz que os empresários irão se mexer. "Vai haver uma grande união do setor empresarial para modificar esses tópicos no plenário" disse.

De todos os fantasmas que passaram a atazanar os espíritos empresariais durante os trabalhos da Comissão de Sistematização, um deles provoca especial incômodo — a estabilidade no emprego. "Temos de admitir e promover o progresso social. Horas extras em dobro e participação nos lucros são bem-vindas, como qualquer medida que melhore a vida de metade dos brasileiros que participa apenas em 13% da renda nacional. Mas estabilidade no emprego, isso não é bom", vaticina o presidente da Gradiente, Eugênio Staub. Por enquanto, ele não pensou no que fará na sua empresa caso essas medidas consigam romper o cerco que os empresários pretendem montar para a votação no plenário. Aposto, no entanto, que as pequenas e médias empresas seguramente vão procurar saídas — o velho jeitinho brasileiro — para contornar dissabores.

**Comportamentos** — O consultor Júlio Lobos acredita que daqui até a reunião do plenário constituinte dois comportamentos diversos irão pautar o mundo empresarial. As grandes empresas vão lutar com unhas e dentes para que tais capítulos sejam derrubados no momento final. "O *lobby* vai continuar e provavelmente vai falhar", prevê. "Não há condições de dizer à sociedade que aquilo que já foi aprovado pela Comissão de Sistematização não valeu", completa.

Na outra banda do universo empresarial estão as pequenas e médias empresas. Essas, na opinião de Lobos, pouco se preocupam com o que passa em Brasília: fazem suas próprias regras. "Nas empresas até trezentos empregados, prevalece a lei da natureza. Se o empresário não puder pagar hora extra não paga e o empregado não irá se queixar com medo de perder o emprego", exemplifica. Da mesma forma, ele não acredita que os investimentos no Brasil serão suspensos em função da estabilidade no emprego, por exemplo. Mas acha que cada vez mais os novos projetos tendem a se direcionar para setores de capital intensivo, como a tecnologia de ponta, com o que não concorda o empresário Della Manna. "O Brasil vai é parar", diz.

Por enquanto, o capítulo dos direitos sociais tem conseguido desagradar a gregos e troianos — desde os empresários conservadores ou progressistas até sindicalistas. "É o samba do crioulo doido", costuma comparar Luiz Antônio Medeiros, presidente do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que viu a discussão da Constituinte atrapalhar inclusive a negociação de um novo contrato coletivo para sua categoria. "Não sei se vou negociar aqui ou em Brasília. Falo em horas extras e dizem para esperar a Constituinte. Falo em redução de jornada de trabalho e é a mesma coisa", indigna-se o sindicalista, que desaprovou a garantia no emprego da forma como foi endossada pela Comissão de Sistematização.